

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



## SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —  
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

# GOVERNMENT GAZETTE

## BOLETIM OFICIAL

## GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Steel, Mines and Metals

(Deptt. of Mines and Metals)

Office of the Controllér of Mining Leases,  
Goa, Daman and Diu

Order

CML-GOA/Z-239/110/69

These are 4 cases for modification of terms of the mining leases held by M/s. Lithoferro, Mine Owners, Mapusa, Goa.

(Tradução)

## GOVERNO DA INDIA

Ministério de Aço, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador de Arrendamentos  
de Minas de Goa, Damão e Diu

Portaria

CML-GOA/Z-239/110/69

Estes são os 4 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes à M/s Lithoferro, Mine Owners, Mapusa, Goa.

Sr. No.	Case No.	Title No. and Date of Lease	Mineral/s	Village	Area in hectares
N.º de série	Caso n.º	N.º do título e data do arrendamento	Minério/s	Aldeia	Área em hectares
1.	Z-239	89 of 7-11-1952 T. T. 31-8-1959	Iron	Advolpale	47.3000
2.	Z-508	19 of 18-4-1956 T. T. 29-1-1960	Iron	Sangod	84.3700
3.	Z-736	57 of 27-9-1959	Iron	Pissurlem	100.0000
4.	Z-737	58 of 27-9-1959	Iron	Molem	100.0000

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Leases (Modification of Terms) Rules 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points, and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act», 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força

contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Leases and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sublease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it used the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the Concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the Concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules existing Mining Leases have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

de lei, porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3.º (d) «explorações mineiras» significa quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. E de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições:—

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada, enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jazigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo, direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que somente os arrendatários executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining leases can be granted.

The Rules only detail the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the «Existing Mining Leases» would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent payable for Iron ore alone shall be at the rate of Rs. 12-50 Ps. per hectare per annum and for other minerals or Iron ore coupled with any other mineral shall be at the rate of Rs. 25/- per hectare per annum, from 15th January, 1966.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 8) This order shall not apply to Coal and other minerals.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas somente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa a ser paga por minério de ferro, somente, será à razão de Rps. 12-50 por hectare, por ano e por outros minérios ou por minério de ferro misturado com qualquer outro minério será à razão de Rps. 25/- por hectare, por ano, desde 15 de Janeiro de 1966.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a cada minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957, e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- 7) Determina-se que a presente portaria seja publicada no *Boletim Oficial*, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- 8) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.

- 9) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 27th February, 1969.

#### Order

CML-Z-46/112/69

These are 14 cases for modification of terms of the mining leases held by M/s. V. S. Dempo and Company Pvt. Ltd., Campal, Panaji, Goa.

- 9) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da firma acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 27 de Fevereiro de 1969.

#### Portaria

CML-Z-46/112/69

Estes são os 14 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes a M/s. V. S. Dempo and Company Pvt. Ltd., Campal, Panaji, Goa.

Sr. No. N.º de série	Case No. Caso n.º	Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Área em hectares
1.	Z-46	7 of 30-1-1950 T. T. 1-8-1956	Fer/Mang.	Dudal	38.8428
2.	Z-84	3 of 19-1-1951	— Do —	Curpem	97.6775
3.	Z-123	43 of 18-5-1951 T. T. 13-6-1956	— Do —	Aglote	100.0000
4.	Z-185	35 of 4-4-1952	— Do —	Colamba	98.4600
5.	Z-187	37 of 4-4-1952	Iron	Codali or Carapur	100.0000
6.	Z-237	87 of 18-10-1952 T. T. 9-11-1955	Fer/Mang.	Nuem	92.5000
7.	Z-245	95 of 14-1-1952	— Do —	Pissurlem	98.7770
8.	Z-403	5 of 22-1-1954	Iron	Uvaliem	96.6448
9.	Z-418	20 of 5-3-1954	— Do —	— Do —	90.2542
10.	Z-419	21 of 5-3-1954	Fer/Mang.	Quuem e Surla	65.7940
11.	Z-420	22 of 5-3-1954	— Do —	Colem	69.7470
12.	Z-438	40 of 22-10-1954	— Do —	Curpem	51.0500
13.	Z-717	37 of 10-8-1959	— Do —	Cananguinim	100.0000
14.	Z-781	17 of 29-4-1960	Iron	Navelim e Surla	70.6870

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Leases (Modification of Terms) Rules 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points, and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Leases and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sublease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários, mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act), 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act, define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3 (d) «explorações mineiras» significam quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»: A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it uses the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the Concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the Concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules 'existing Mining Leases' have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one lessee. All these provisions are found in the Act itself.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. É de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições:—

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuserem.

Artigo I (v): «Título de concessão».— Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jazigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo, direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas, a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são, na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que somente os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arren-

Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining lease can be granted.

The Rules only detail the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up-to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the «Existing Mining Leases» would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent payable for Iron ore alone shall be at the rate of Rs. 12-50 Ps. per hectare per annum and for other minerals or Iron ore coupled with any other mineral shall be at the rate of Rs. 25/- per hectare per annum, from 15th January, 1966.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 8) This order shall not apply to Coal and other minerals.
- 9) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 27th February, 1969.

datário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas sómente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa a ser paga pelo minério de ferro, sómente, será a razão de Rps. 12-50 Ps. por hectare, por ano e por outros minérios ou por minério de ferro misturado com qualquer outro minério, será a razão de Rps. 25/- por hectare, por ano, desde 15 de Janeiro de 1966.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a cada minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- 7) Determina-se que a presente portaria seja publicada no *Boletim Oficial*, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- 8) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 9) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da firma acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta, em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 27 de Fevereiro de 1969.

# GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

## Finance (Control) Department

### Order

Fin(Control)/19-3/69/606

Subject:—Deputation period of Accounts Officers —  
Repatriation of Shri B. V. Kulkarni —  
Accounts Officer.

In continuation of Government order no. Fin(Control)/19-3/69/328 dated 26-3-1969 Shri B. V. Kulkarni, Accounts Officer of the Accountant General Maharashtra on deputation to this Administration and working as Deputy Director of Accounts is granted earned leave for 61 days w.e.f. 1-4-1969 and on expiry of the leave he will be repatriated to his parent Department viz., Accountant General Maharashtra at Bombay.

By order and in the name of the Administrator of Goa,  
Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Finance Secretary.

Panaji, 10th April, 1969.

### Order

Fin (Control)/19-3/67/626

Read: Govt. order No. Fin (Control)/19-3/68/494 dated  
14-3-1969.

The deputation period of Shri T. V. Ambikapathy, S.A.S. Accountant and working as Assistant Accounts Officer in the Director of Accounts is hereby extended upto 31-7-1969. He will now be repatriated to his parent office viz., Accountant General Mysore after expiry of his present term (i.e. with effect from 1-8-1969).

By order and in the name of the Administrator of Goa,  
Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Finance Secretary.

Panaji, 11th April, 1969.

### Order

Fin(Control)/19-3/67/627

Read: Govt. Order No. Fin(Control)/19-3/68/495 dated  
14-3-1969.

Shri H. K. Joshi, S.A.S. Accountant on deputation to this Administration and working as Assistant Accounts Officer who was granted extension upto 31-5-1970 will now be repatriated to his parent Department viz., Accountant General Maharashtra, Bombay with effect from 7-8-1969 A.N.

By order and in the name of the Administrator of Goa,  
Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Finance Secretary.

Panaji, 11th April, 1969.

## Revenue Department

### Directorate of Civil Administration

By order dated 7-4-1969:

The plot of land named «Chireconiche Molacodil» situated at Maulinguem of Sanquelim, admeasuring 325 sq. metres belonging to the Devasthan of Xri Radhakrishna Murlidhar of Sanquelim applied for by Shri Vassant Panduronga Pocolo and granted provisionally on 30-10-1960 to Shri Dhirajlal Damodar for construction of a house, is hereby reverted to the same Devasthan with the legal consequences, as he failed to take possession of the plot during the prescribed time limit.

# GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

## Departamento das Finanças (Contrôle)

### Portaria

Fin(Control)/19-3/69/606

Assunto: Período de deputação dos «Accounts Officers» —  
Repatriação do Sr. B. V. Kulkarni, «Accounts  
Officer».

Em aditamento à portaria n.º Fin(Control)/19-3/69/328, de 26 de Março de 1969, são concedidos ao Sr. B. V. Kulkarni, «Accounts Officer» da Repartição do Contabilista Geral de Maharashtra, Bombaim, em deputação nesta Administração, trabalhando como director adjunto de Contabilidade, 61 dias de licença disciplinar, a partir de 1 de Abril de 1969. Após o termo da licença, o mesmo será repatriado para o Departamento da sua procedência, designadamente, Repartição do Contabilista Geral, de Maharashtra, Bombaim.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão  
e Dio.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário das Finanças.

Panagi, 10 de Abril de 1969.

### Portaria

Fin (Control)/19-3/67/626

Ref: Portaria n.º Fin (Control)/19-3/68/494, de 14 de  
Março de 1969.

O período de deputação do Sr. T. V. Ambikapathy, contabilista, S.A.S., trabalhando como «Assistant Accounts Officer» na Direcção de Contabilidade, é prorrogado até 31 de Julho de 1969. Após o termo do seu presente período de deputação, isto é, em 1 de Agosto de 1969, o mesmo será repatriado à Repartição da sua procedência, designadamente, Repartição do Contabilista Geral, de Mysore.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão  
e Dio.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário das Finanças.

Panagi, 11 de Abril de 1969.

### Portaria

Fin(Control)/19-3/67/627

Ref.: Portaria n.º Fin(Control)/19-3/68/495, de 14 de  
Março de 1969.

O Sr. H. K. Joshi, Contabilista S.A.S., em deputação nesta Administração, trabalhando como «Assistant Accounts Officer» a quem fora concedida prorrogação até 30 de Maio de 1970, será agora repatriado para o Departamento da sua procedência, designadamente, Repartição do Contabilista Geral Maharashtra, Bombaim, a partir de 7 de Agosto de 1969, após o meio-dia.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão  
e Dio.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário das Finanças.

Panagi, 11 de Abril de 1969.

## Departamento de Rendimentos

### Direcção dos Serviços de Administração Civil

Por portaria datada de 7 de Abril de 1969:

O terreno denominado «Chireconiche Molacodil», sito em Maulinguem de Sanquelim, medindo 325 metros quadrados, pertencente à Devalaia de Xri Radhakrishna Murlidhar, de Sanquelim, requerido por Vassant Panduronga Pocolo e concedido, provisoriamente, em 30 de Outubro de 1960 a Dhirajlal Damodar, para construção de casa, reverterá à mesma Devalaia, com consequências legais, por o mesmo não ter tomado posse do terreno dentro do prazo estabelecido.

By order dated 7-4-1969:

The plot of land named «Chireconiche Molacodil» situated at Maulinguem of Sanquelim, admeasuring 325 sq. metres belonging to the Devasthan of Xri Radhacrishna Murlidhar of Sanquelim, applied for by Shri Santaram Ganesh Hinde and granted provisionally on 30-10-1960 to Shri Dhirajlal Damodar for construction of a house is hereby reverted to the same Devasthan with the legal consequences, as he failed to take possession of the plot during the prescribed time limit.

By order dated 7-4-1969:

The plot of land named «Chireconiche Molacodil» situated at Maulinguem of Sanquelim, admeasuring 325 sq. metres belonging to the Devasthan of Xri Radhacrishna Murlidhar of Sanquelim granted provisionally on 30-10-1960 to Shri Dhirajlal Damodar, for construction of a house, is hereby reverted in favour of the same Devasthan with the legal consequences as he failed to take possession of the plot during the prescribed time limit.

Panaji, 14th April, 1969. — D. N. Barua, Collector and D. C. A.

### Law and Judicial Department

#### Notification

RC/CN/14/69

By virtue of Notification N.º LD/9-N-102-68-69, dated 24-3-69, the individual whose name has been shown in column 1 is hereby authorized to change his name as shown in column 2.

#### SCHEDULE

Sr. No.	Old Name	New Name
1	2	
1	Sadu Ragulvir Quenim	Sudan Raghuvir Keney

R. L. Segel, Law Secretary.

Panaji, 10th April, 1969.

#### Notification

LD/4/8/N-105-69

In exercise of the powers conferred by sub-section (1) of section 12 of the Code of Criminal Procedure, 1898 as extended to the Union territory of Goa, Daman and Diu, the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu hereby appoints Shri Joao Filipe D'Silva, P. A. to the Collector-cum-Mamlatdar, Daman as the Magistrate of the First Class throughout the District of Daman until further orders.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

R. L. Segel, Law Secretary.

Panaji, 11th April, 1969.

### Food and Civil Supplies Department

#### Order

15-1-68-FCS(EDN)

The services of Shri B. C. Desai, Principal, Government Arts and Science College, Daman an Officer on deputation from Government of Gujarat, are placed at the disposal of the Government of Gujarat with effect from 27-4-1969 (afternoon).

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 9th April, 1969.

Por portaria datada de 7 de Abril de 1969:

O terreno denominado «Chireconiche Molacodil», sito em Maulinguem de Sanquelim, medindo 325 metros quadrados, pertencente à Devalaia de Xri Radhacrishna Murlidhar, de Sanquelim, requerido por Santaram Ganesh Hinde e concedido, provisoriamente, em 30 de Outubro de 1960, a Dhirajlal Damodar, para construção de casa, reverterá à mesma Devalaia, com consequências legais, por o mesmo não ter tomado posse do terreno dentro do prazo estabelecido.

Por portaria datada de 7 de Abril de 1969:

O terreno denominado «Chireconiche Molacodil», sito em Maulinguem de Sanquelim, medindo 325 metros quadrados, pertencente à Devalaia de Xri Radhacrishna Murlidhar, de Sanquelim, concedido, provisoriamente, em 30 de Outubro de 1960, a Dhirajlal Damodar, para construção de casa, reverterá à mesma Devalaia, com consequências legais, por o mesmo não ter tomado posse do terreno dentro do prazo estabelecido.

Panaji, 14 de Abril de 1969. — D. N. Barua, Collector e Director dos Serviços de Administração Civil.

### Departamento de Justiça

#### Despacho

RC/CN/14/69

Em virtude do despacho n.º LD/9-N-102-68-69, de 24 de Março de 1969, o individuo cujo nome se indica na 1.ª coluna, é autorizado a mudar o seu nome conforme se indica na 2.ª coluna.

#### QUADRO

N.º de série	Nome anterior	Novo nome
1	2	
1	Sadu Ragulvir Quenim	Sudan Raghuvir Keney

R. L. Segel, Secretário de Justiça.

Panaji, 10 de Abril de 1969.

#### Despacho

LD/4/8/N-105-69

No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 12.º do «Code of Criminal Procedure, 1898» conforme foi tornado extensivo ao Território da União de Goa, Damão e Dio, o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio, nomeia o Sr. João Filipe D'Silva, ajudante pessoal do Collector e Mamlatdar de Damão, Magistrado de 1.ª classe, por todo o distrito de Damão, até ordens ulteriores.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

R. L. Segel, Secretário de Justiça.

Panaji, 11 de Abril de 1969.

### Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

#### Portaria

15-1-68-FCS(EDN)

Os serviços do Sr. B. C. Desai, reitor da Faculdade de Letras e Ciências do Governo, em Damão, em deputação do Governo de Gujerate, são postos à disposição do Governo de Gujerate, a partir de 27 de Abril de 1969, após o meio-dia.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panaji, 9 de Abril, de 1969.

Order

FCS/PWD/2562/67

Government is pleased to confirm Shri Loximona Rama Camotim in the post of Executive Engineer in the scale of Rs. 700-40-1100-50/2-1250 in P. W. D. in consultation with the Union Public Service Commission.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 10th April, 1969.

## Public Works Department

Principal Engineer's Office

Notification

PWD/LA/1258/24/69

Whereas by Government Notification No. PWD/LA/25/68 dated 2nd August, 1968, published on page 150 of Series II, no. 19 of the Government Gazette, dated 8th August, 1968, and corrigendum no. PWD/LA/19/69 dated the 7th March, 1969 published on page 445 Series II of the Government Gazette no. 52 dated the 27th March, 1969 it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the Land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for a public purpose viz. for construction of approach road to Baga bridge.

And whereas the appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») is satisfied that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for the public purpose specified above.

2. The Government is also pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Sub-Divisional Officer, North Sub-Division, Panaji to perform the functions of a Collector for all proceedings hereafter to be taken in respect of the said land, and to direct him under section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

3. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Sub-Divisional Officer at Panaji.

## SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Description of the said land		Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Survey No.	Name of the person believed to be interested	Área aproximada em m²
		Cadastro n.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada	
Bardez	Arpora	1.	Shri Joao Nolasco Muniz of Arpora.	36.00
		2.	Shri Domingos Fernandes & Santana Fernandes of Arpora.	502.00
		3.	Shri Kashinath Kenkre of Arpora.	158.00
		4.	Shri Antonio Maria de Melo e Mendonça of Arpora.	263.00
		5.	Smt. Ena da Cunha of Arpora.	227.00
		6.	Shri Kashinath Kenkre of Arpora.	8.00
		7.	Shri Diogo Lobo of Arpora.	287.00
		8.	Shri Kashinath Kenkre of Arpora.	393.00
		9.	Adv. Sertorio Frias of Mapusa.	630.00
		10.	Dr. Crisanto Afonso of Calangute.	205.00
		11.	Shri Antonio Sebastiao Maria of Arpora.	31.00
		12.	Shri Tiburso Silveira of Arpora.	287.00
		13.	Shri Vishnu Pai of Arpora.	81.00
		14.	Smt. Idalina Fernandes of Arpora.	105.00
		15.	Shri Antonio Fernandes, residing at Bombay.	201.00
		16.	Shri Joao Nolasco Muniz of Arpora.	1666.00
		17.	Shri Bhagwanta Prabhu Parrikar of Mapusa.	201.00
Total				5281.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Natque, Principal Engineer, P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Govt.

Panaji, 16th April, 1969.

Portaria

FCS/PWD/2562/67

O Governo confirma o Sr. Loximona Rama Camotim, no cargo de engenheiro executivo, na escala de Rps. 700-40-1100-50/2-1250, dos Serviços das Obras Públicas, de consulta com a Comissão de Serviço Público da União.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panaji, 10 de Abril de 1969.

## Serviços das Obras Públicas

Repartição do Engenheiro-Chefe

Despacho

PWD/LA/1258/24/69

Atendendo a que por despacho n.º PWD/LA/25/68, de 2 de Agosto de 1968, publicado à pgs. 150 do *Boletim Oficial* n.º 19, 2.ª série, de 8 de Agosto de 1968, e corrigenda n.º PWD/LA/19/69, de 7 de Março de 1969, publicada à pgs. 445 do *Boletim Oficial* n.º 52, 2.ª série, de 27 de Março de 1969, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno descrito no quadro anexo ao mesmo despacho (referido daqui em diante como «aludido terreno») era de utilidade pública para a construção duma estrada de acesso para a ponte de Baga.

Tendo em consideração que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro a este anexo tem de ser adquirido para os fins públicos acima referidos.

O Governo declara, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o oficial sub-divisional da sub-divisão do norte, de Panaji, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno e determina, ao abrigo do artigo 7.º do citado Act, que o mesmo tome as necessárias medidas para a aquisição do aludido terreno.

3. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido oficial sub-divisional, em Panaji.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

Balcrishna R. Natque, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário Adicional ex-officio, do Governo.

Panaji, 16 de Abril de 1969.

## Industries and Power Department

## Office of the Chief Electrical Engineer

## Notification

CEE/CW/Gen-11

Whereas by Government Notification No. CEE/CW/Gen-11/9001 dated 2-11-68 published on page 268-269 Series II, no. 32 of the Government Gazette, dated 7-11-68 it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for a public purpose viz. for Establishment of Electrical Sub-station, Staff Quarters and office buildings.

And whereas the appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») is satisfied that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for the public purpose specified above.

2. The Government is also pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector, South Sub-Division, Margao to perform the functions of a Collector for all proceedings hereafter to be taken in respect of the said land, and to direct him under section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

3. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Deputy Collector at Margao.

## Departamento de Indústrias e Energia

## Repartição do Engenheiro Eléctrico-Chefe

## Despacho

CEE/CW/Gen-11

Atendendo a que por despacho n.º CEE/CW/Gen-11/9001 de 2 de Novembro de 1968, publicado à pgs. 268-269 do *Boletim Oficial* n.º 32, 2.ª série, de 7 de Novembro de 1968, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno descrito no quadro anexo ao mesmo despacho (referido daqui em diante como «aludido terreno») era de utilidade pública para o estabelecimento da sub-estação eléctrica, residências para o pessoal e edifícios para Repartições.

Tendo em consideração que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro a este anexo, tem de ser adquirido para os fins públicos acima referidos.

O Governo declara, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Collector adjunto da sub-divisão do sul, de Margão, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno e determina, ao abrigo do artigo 7.º do citado Act, que o mesmo tome as necessárias medidas para a aquisição do aludido terreno.

3. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, em Margão.

## SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Plot No.	Survey No.	Description of the said land	Approximate area in sq. mts.
				Name of the person believed to be interested	
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Cadaastro n.º	Descrição do aludido terreno	Área aproximada em m²
				Nome da pessoa que se presume ser interessada	
1	2	3	4	5	6
Canacona	Nagorcem-Palolem	1	—	Shri Raghunath Esso Naik Dessai of Canacona	446.00
		2	—	Shri Kashinath Bhangui Shenvi of Canacona.	758.00
		3	—	Shri Govind Venkatesh Shenvi Nagarcenkar, Canacona.	326.00
		4	—	Shri Raghunath Esso Naik Dessai of Canacona.	460.00
		5	—	Shri Harhari Babana Shenvi of Canacona.	2272.00
		6	—	Shri Govind Venkatesh Shenvi Nagarcenkar of Canacona.	176.00
		7	—	Shri Govind Mahabaleshwar Shenvi of Canacona.	265.00
		8	—	Shri Jaivant Anta Shenvi of Canacona.	1016.00
		9	—	Shri Balchandra Ganaba Rajadyaksha.	711.00
Total					6430.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu,

R. R. Karnik, Additional Secretary to Government of Goa, Daman and Diu.

Panaji, 14th April, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

R. R. Karnik, Secretário Adicional do Governo de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 14 de Abril de 1969.

## Public Health Department

## Order

V-2/69-GMC/1008

Subject: — Appointment to Class I posts in the Union Territory of Goa, Daman and Diu made in consultation with the U. P. S. C. — Fixation of pay on initial appointment.

On the recommendation of the Union Public Service Commission, Dr. G. K. Vishwakarma is temporarily appointed to the post of Professor of Orthopaedics in the Goa Medical College carrying the scale of pay of Rs. 1100-50-1400 with effect from 28-1-69. His initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:—

The Union Public Service Commission have recommended that the initial pay may be fixed under the rules. Taking into account the previous service rendered by Dr. Vishwakarma in the post during his appointment on ad-hoc basis,

## Departamento de Saúde Pública

## Portaria

V-2/69-GMC/1008

Assunto: Nomeação para lugares de 1.ª classe, no Território da União de Goa, Damão e Diu, feita de consulta com a Comissão de Serviço Público da União — Fixação do vencimento quando da nomeação inicial.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Dr. G. K. Vishwakarma, é nomeado, temporariamente, professor de Ortopedia da Faculdade de Medicina de Goa, na escala de vencimento de Rps. 1100-50-1400, a partir de 28 de Janeiro de 1969. O seu vencimento inicial na referida escala, é fixado como a seguir se indica:—

A Comissão de Serviço Público da União, recomendou que o seu vencimento inicial fosse fixado, de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pelo Dr. Vishwakarma, durante a sua nomeação provisória no

his initial pay is fixed at Rs. 1100/- (Rupees one thousand and one hundred) from 28-1-69. The next increment will be admissible on 19-2-69.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F.R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure, Office Memorandum No. F.2(46)-E.III(A)/60(pt. II of 1966) dated 7th February, 1968 as amended from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary (Health).

Panaji, 15th April, 1969.

Order

V-2/68-GMC/8598

Subject:— Appointment to Class I posts in the Union Territory of Goa, Daman and Diu made in consultation with the U.P.S.C.— Fixation of pay on initial appointment.

On the recommendation of the Union Public Service Commission, Dr. Shridhar Sharma is temporarily appointed to the post of Professor of Psychiatry in the Goa Medical College carrying the scale of pay of Rs. 1100-50-1400 with effect from 31-1-69. His initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:—

The Union Public Service Commission have recommended that the initial pay may be fixed under the rules. Taking into account the previous service rendered by Dr. Sharma in the post during his appointment on ad-hoc basis, his initial pay is fixed as Rs. 1100/- (Rupees one thousand and one hundred) from 31-1-69. The next increment will be admissible on 19-4-69.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F.R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure, Office Memorandum No. F.2(46)-E.III(A)/60(pt. II of 1966) dated 7th February, 1968 as amended from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary (Health).

Panaji, 15th April, 1969.

Order

V-2/68-GMC/9226

Subject:— Appointment to Class I posts in the Union Territory of Goa, Daman and Diu made in consultation with the U.P.S.C.— Fixation of pay on initial appointment.

On the recommendation of the Union Public Service Commission, Dr. V. L. Rege is temporarily appointed to the post of Assistant Professor of Skin & V.D. in the Goa Medical College carrying the scale of pay of Rs. 570-30-600-35-670-EB-35-950 with effect from 1-3-69. His initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:—

The Union Public Service Commission have recommended that the initial pay may be fixed under the rules. Taking into account the previous service rendered by Dr. V. L. Rege in the post during his appointment on ad-hoc basis, his initial pay is fixed at Rs. 670/- (Rupees six hundred and seventy) from 1-3-69. The next increment will be admissible on 13-1-70.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F.R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure, Office Memorandum No. F.2(46)-E.III(A)/60(pt. II of 1966) dated 7th February, 1968 as amended from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary (Health).

Panaji, 15th April, 1969.

referido cargo, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 1100/- (mil e cem rupias) desde 23 de Janeiro de 1969. O próximo aumento será admissível em 19 de Fevereiro de 1969.

A fixação do vencimento acima referida, é feita no uso das faculdades conferidas pelo F.R. 27 e está de harmonia com as instruções contidas no memorando do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da Índia, n.º F.2(46)-E.III(A)/60(pt. II of 1966), de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações que sofrer periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

S. R. Shinde, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 15 de Abril de 1969.

Portaria

V-2/68-GMC/8598

Assunto: Nomeação para lugares de 1.ª classe, no Território da União de Goa, Daman e Diu, feita de consulta com a Comissão de Serviço Público da União— Fixação do vencimento quando da nomeação inicial.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Dr. Shridhar Sharma, é nomeado, temporariamente, professor de Psiquiatria da Faculdade de Medicina de Goa, na escala de vencimento de Rps. 1100-50-1400, a partir de 31 de Janeiro de 1969. O seu vencimento inicial na referida escala, é fixado como a seguir se indica:—

A Comissão de Serviço Público da União recomendou que o seu vencimento inicial fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pelo Dr. Sharma, durante a sua nomeação provisória no referido cargo, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 1100/- (mil e cem rupias) desde 31 de Janeiro de 1969. O próximo aumento será admissível em 19 de Abril de 1969.

A fixação do vencimento acima referida, é feita no uso das faculdades conferidas pelo F.R. 27 e está de harmonia com as instruções contidas no memorando do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da Índia, n.º F.2(46)-E.III(A)/60(pt. II of 1966), de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações que sofrer periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

S. R. Shinde, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 15 de Abril de 1969.

Portaria

V-2/68-GMC/9226

Assunto: Nomeação para lugares de 1.ª classe no Território da União de Goa, Daman e Diu, feita de consulta com a Comissão de Serviço Público da União— Fixação do vencimento quando da nomeação inicial.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Dr. V. L. Rege, é nomeado, temporariamente professor assistente de Dermatologia e Doenças Venéreas da Faculdade de Medicina de Goa, na escala de vencimento de Rps. 570-30-600-35-670-EB-35-950, a partir de 1 de Março de 1969. O seu vencimento inicial na referida escala, é fixado como a seguir se indica:—

A Comissão de Serviço Público da União recomendou que o seu vencimento inicial fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pelo Dr. V. L. Rege, durante a sua nomeação provisória no referido cargo, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 670/- (seiscentas e setenta rupias) desde 1 de Março de 1969. O próximo aumento será admissível em 13 de Janeiro de 1970.

A fixação do vencimento acima referida, é feita no uso das faculdades conferidas pelo F.R. 27 e está de harmonia com as instruções contidas no memorando do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da Índia, n.º F.2(46)-E.III(A)/60(pt. II of 1966), de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações que sofrer periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

S. R. Shinde, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 15 de Abril de 1969.

## Order

V-2/69-GMC/1111

Subject:— Appointment to Class I posts in the Union Territory of Goa, Daman and Diu made in consultation with the U. P. S. C. — Fixation of pay on initial appointment.

On the recommendation of the Union Public Service Commission, Dr. Devendra Pal Aggarwal is temporarily appointed to the post of Professor of Ophthalmology in the Goa Medical College carrying the scale of pay of Rs. 1100-50-1400, with effect from 31-1-69. His initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:—

The Union Public Service Commission have recommended that the initial pay may be fixed under the rules. Taking into account the previous service rendered by Dr. Aggarwal in the post during his appointment on ad-hoc basis, his initial pay is fixed at Rs. 1250/- (Rupees one thousand two hundred and fifty) from 13-1-69. The next increment will be admissible on 15-5-69.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure, Office Memorandum No. F.2(46)-E.III(A)/60(pt. II of 1966) dated 7th February, 1968 as amended from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary (Health).

Panaji, 16th April, 1969.

## Notification

ILD/MC/3587/64

Whereas by Government Notification, No. LQN.10/142, dated 18th August 1965 published on page 172 of Series II of the Government Gazette, dated 2nd September 1965, it was notified under section 6 of the Land Acquisition Act, 1894, (hereinafter referred to as the «said Act») that the land specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said Land») was required for a public purpose viz for construction of Medical College, hostels, and hospital buildings;

And whereas, the Government has already acquired such portion of the said land, as is specified in the schedule appended hereto;

And whereas, the Government has decided to drop the acquisition proceedings in respect of the remaining portion of the said land.

Therefore, it is hereby, notified that the Government has withdrawn under sub-section (1) of section 48 of the said Act from acquisition of the remaining portion of the said land, as has not been acquired.

## SCHEDULE—QUADRO

Taluka	Village	Plot No.	Cadastral Survey No.	Name of the person believed to be the owner	Area
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	N.º de cadastro	Nome da pessoa que se presume ser proprietária	Area
1	2	3	4	5	6
Goa	Bambolim	2 4	4/part 215/part	Bambolim Comunidade — Do —	77.5739 Hectares

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 23rd April, 1969.

## Portaria

V-2/69-GMC/1111

Assunto: Nomeação para lugares de 1.ª classe no Território da União, de Goa, Damão e Diu, feita de consulta com a Comissão de Serviço Público da União — Fixação do vencimento quando da nomeação inicial.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Dr. Devendra Pal Aggarwal, é nomeado, temporariamente, professor de Oftalmologia da Faculdade de Medicina de Goa, na escala de vencimento de Rps. 1100-50-1400, a partir de 31 de Janeiro de 1969. O seu vencimento inicial na referida escala, é fixado como a seguir se indica:—

A Comissão de Serviço Público da União, recomendou que o seu vencimento inicial fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pelo Dr. Aggarwal, durante a sua nomeação provisória no referido cargo, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 1250/- (mil e duzentas e cinquenta rupias) desde 13 de Janeiro de 1969. O próximo aumento será admissível em 15 de Maio de 1969.

A fixação do vencimento acima referida, é feita no uso das faculdades conferidas pelo F. R. 27 e está de harmonia com as instruções contidas no memorando do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da Índia, n.º F.2(46)-E.III(A)/60(pt. II of 1966), de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações que sofrer periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

S. R. Shinde, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 16 de Abril de 1969.

## Despacho

ILD/MC/3587/64

Atendendo a que por despacho n.º LQN.10/142, de 18 de Agosto de 1965; publicado à pgs. 172 do *Boletim Oficial* 2.ª série, de 2 de Setembro de 1965, fora tornado público, ao abrigo do artigo 6.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido aqui em diante como «citado Act») que o terreno descrito no quadro anexo ao mesmo despacho (referido aqui em diante como «aludido terreno») era necessário para os fins públicos da construção dos edifícios da Faculdade de Medicina, hostels e hospital.

Tendo em consideração que o Governo já adquiriu a parte do terreno descrita no quadro a este anexo.

Considerando, por último, que o Governo resolveu desistir da aquisição da restante parte do aludido terreno.

E por este se torna público que o Governo desiste da aquisição da restante parte do aludido terreno, ao abrigo da alínea (1) do artigo 48.º do citado Act, por o mesmo terreno não ter sido adquirido.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 23 de Abril de 1969.